

# Cultura, Cidadania e Políticas Públicas

Alvaro Daniel Costa  
(Organizador)



 **Atena**  
Editora

Ano 2019

Alvaro Daniel Costa

(Organizador)

Cultura, Cidadania  
e Políticas Públicas

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C968 Cultura, cidadania e políticas públicas [recurso eletrônico] /  
Organizador Alvaro Daniel Costa. – Ponta Grossa (PR): Atena  
Editora, 2019. – (Cultura, cidadania e políticas públicas – v.1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-077-3

DOI 10.22533/at.ed.773192501

1. Educação – Brasil. 2. Cidadania. 3. Políticas públicas –  
Educação. 4. Prática de ensino. 5. Professores – Formação. I. Costa,  
Alvaro Daniel.

CDD 323.6

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de  
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos  
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

A obra *“Cultura , Cidadania e Políticas Públicas”* possui uma série de 84 artigos que abordam os mais variados temas nas áreas relacionadas a área de Ciências Humanas, Sociais Aplicadas e Educação.

O volume I é intitulado “cultura, políticas públicas e sociais” e mostra a diversidade de análises científicas em assuntos que vão desde uma análise sociocultural perpassando pelas questões socioeconômicas da sociedade brasileira e latino-americana.

Já o volume II intitulado *“educação, inclusão e cidadania- práticas pedagógicas na cultura educacional”* é inteiro dedicado a área educacional, com textos de pesquisadores que falam sobre uma educação inclusiva em assuntos como autismo, formação profissional nas mais diversas áreas dentro do espectro educativo, além de uma análise sobre os impactos da reforma do ensino médio e sobre lo direito fundamental à educação.

No terceiro volume o assunto é no que tange as *“práticas educacionais, mídia e relação com as políticas públicas e cidadania”* sendo esse volume uma continuidade dos artigos da parte II com artigos que falam sobre práticas pedagógicas, além de textos que trazem sobre assuntos da área comunicacional.

A quarta e última parte é intitulada *“cultura, literatura, educação e políticas públicas- questões multidisciplinares”* e possui uma versatilidade temática que vai da área literária e novamente sobre algumas práticas pedagógicas.

A grande diversidade de artigos deste livro demonstra a importância da análise de temas que dialogam com as práticas de políticas públicas, sejam através da área educacional, comunicação ou aquelas que analisam a sociedade a partir de um viés histórico, cultural ou até mesmo econômico.

Boa leitura!

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
CULTURA E COMPLEXIDADE NOS PROJETOS E NAS POLÍTICAS PÚBLICAS CONTEMPORÂNEAS	
<a href="#">Maria Beatriz Afflalo Brandão</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7731925011</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>16</b>
ACERVO MATERIAL E DOCUMENTAL: A MEMÓRIA HISTÓRICA COMO POLÍTICA CULTURAL	
<a href="#">Sílvia Rachi</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7731925012</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>28</b>
AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO EM RIO VERDE - GO	
<a href="#">Ana Paula Felix Arantes</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7731925013</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>36</b>
CULTURA E DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES: POLÍTICA CULTURAL PARA QUEM?	
<a href="#">Carla Cristina Rosa de Almeida</a>	
<a href="#">João Policarpo Rodrigues Lima</a>	
<a href="#">Maria Fernanda Gatto</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7731925014</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>52</b>
PATRIMÔNIO CULTURAL EM PERIGO – A ARTE FUNERÁRIA E O DESCASO COM SUA PROTEÇÃO EM JUIZ DE FORA/MG	
<a href="#">Leandro Gracioso de Almeida e Silva</a>	
<a href="#">Marlise Buchweitz</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7731925015</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>63</b>
POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS E CONDIÇÕES ESTRATÉGICAS DE FOMENTO À ECONOMIA CRIATIVA: O CASO BRASILEIRO DA PERSPECTIVA DO PLANO DA SECRETARIA DE ECONOMIA CRIATIVA (2011-2014)	
<a href="#">Jessica Rani Ferreira de Sousa</a>	
<a href="#">Henrique César Muzzio</a>	
<a href="#">Jackeline Amantino de Andrade</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7731925016</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>76</b>
POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITO DA PESSOA IDOSA: ANÁLISE DAS PERCEPÇÕES DE IDOSOS/ AS USUÁRIOS/AS DO CENTRO DE REFERÊNCIA DO IDOSO - CRI DO MUNICÍPIO DE SERRA TALHADA-PE	
<a href="#">Flávia Pereira de Sá</a>	
<a href="#">Elizangela Maria Vieira Dantas</a>	
<a href="#">Josenildo André Barboza</a>	
<a href="#">Maria do Socorro Souza Lima</a>	
<a href="#">Mariana dos Santos Silva</a>	
<a href="#">Fábia Maria de Santana</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7731925017</b>	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>87</b>
CULTURA DIGITAL E FACEBOOK: ALIENAÇÃO TÉCNICA E A PROMOÇÃO DE POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL	
Thiago Oliveira da Silva Novaes	
DOI 10.22533/at.ed.7731925018	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>100</b>
O FLUXO MIGRATÓRIO COMO ÚNICA OPÇÃO PARA MELHORIA NA QUALIDADE DE VIDA	
Cristiane Feldmann Dutra	
Roberta Gabriela Sucolotti de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.7731925019	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>116</b>
EDUCAÇÃO DO CAMPO E POLÍTICAS PÚBLICAS: O PROJovem CAMPO – SABERES DA TERRA	
Cristina Xavier	
Gabriela dos Santos Silva	
Ramofly Bicalho dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.77319250110	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>128</b>
RELATO DE EXPERIÊNCIA: TRILANDO OS CAMINHOS DO ENVELHECIMENTO ATIVO NO MUNICÍPIO DE SERRA TALHADA-PE	
Flávia Pereira de Sá	
Elizangela Maria Vieira Dantas	
Josenildo André Barboza	
Maria do Socorro Souza Lima	
Mariana dos Santos Silva	
Fábia Maria de Santana	
DOI 10.22533/at.ed.77319250111	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>134</b>
A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO NO SETOR PÚBLICO	
Jefferson Davi Ferreira dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.77319250112	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>143</b>
OS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DA PRÁTICA DO CONTRABANDO PARA A ECONOMIA BRASILEIRA	
Michele Lins Aracaty e Silva	
Marcela Fróes da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.77319250113	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>161</b>
EMPRESAS SUSTENTÁVEIS NO BRASIL: SUAS AÇÕES NA ÁREA CULTURAL E AS LEIS DE INCENTIVO FISCAL	
Mariana de Barros Souza	
Adriana Cristina Ferreira Caldana	
Lara Bartocci Liboni	
DOI 10.22533/at.ed.77319250114	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>180</b>
OS CONCEITOS ORIENTADORES PARA A ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS CULTURAIS EM	

ESTADOS PARTES DO MERCOSUL

Renner Coelho Messias Alves

Janaina Machado Simões

DOI 10.22533/at.ed.77319250115

**CAPÍTULO 16 ..... 194**

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA DO AMAZONAS

Michele Lins Aracaty e Silva

Lorena Ravielly Carlos Almeida

DOI 10.22533/at.ed.77319250116

**CAPÍTULO 17 ..... 214**

PESQUISA (AUTO)BIOGRÁFICA COM MULHERES CAMPONESAS

Márcia Alves da Silva

Carla Negretto

DOI 10.22533/at.ed.77319250117

**CAPÍTULO 18 ..... 226**

ARRASTÕES DE SÃO JOÃO: A TRANSFORMAÇÃO DO COSTUME EM PRODUTO E O CONSUMO CULTURAL NO RECÔNCAVO BAIANO

Everton Conceição Santos

DOI 10.22533/at.ed.77319250118

**CAPÍTULO 19 ..... 232**

A FESTA DO CAMINHONEIRO: TURISMO RELIGIOSO E CULTURAL NA CIDADE DE ITABAIANA/SE

Leylane Meneses Martins

DOI 10.22533/at.ed.77319250119

**CAPÍTULO 20 ..... 246**

ALMA E RESSONÂNCIA DOS ESPAÇOS CEMITERIAS: EM FOCO, OS *BRITISHES CEMETERIES* NO NORDESTE

Davi Kiermes Tavares

José Paulo Siefert Brahm

Diego Lemos Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.77319250120

**CAPÍTULO 21 ..... 259**

ANÁLISIS FESTIVAL ESTÉREO PICNIC: CRECIMIENTO DE LOS FESTIVALES Y LA OFERTA MUSICAL EN COLOMBIA (2010-2015)

Daniela Herrera Dimaté

DOI 10.22533/at.ed.77319250121

**CAPÍTULO 22 ..... 272**

EXTRATIVISTAS BRASILEIROS DESLOCADOS DA AMAZÔNIA BOLIVIANA: MUDANÇAS NOS MODOS DE VIDA

Emilson Ferreira de Souza

DOI 10.22533/at.ed.77319250122

**SOBRE O ORGANIZADOR..... 287**

## ACERVO MATERIAL E DOCUMENTAL: A MEMÓRIA HISTÓRICA COMO POLÍTICA CULTURAL

**Sílvia Rachi**

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais  
Belo Horizonte, Minas Gerais

**RESUMO:** A proposta diz respeito à pesquisa desenvolvida no âmbito do Centro de Memória e de Pesquisa Histórica de uma universidade particular. Trata-se do recolhimento e inventariação de documentação textual, imagética e audiovisual, além de objetos utilizados ao longo da trajetória da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Parte-se da compreensão de que políticas culturais de preservação da memória histórica não devem se restringir às iniciativas do Poder Público, mas precisam ser realizadas por quaisquer instituições comprometidas com o exercício da cidadania. A PUC Minas busca estreitar, assim, o diálogo com órgãos públicos do Estado dedicados à preservação da memória, como o Arquivo Público Mineiro. Parcerias que têm possibilitado melhor formação dos profissionais no que concerne ao tratamento das fontes e, do mesmo modo, sensibilizado a sociedade para a importância do patrimônio histórico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas culturais; Patrimônio documental-material, Centros de documentação.

**ABSTRACT:** The proposal concerns research developed within the framework of the Center for Memory and Historical Research of a private university. It is the collection and inventory of textual, imagery and audiovisual documentation, as well as objects used throughout the course of the Pontifical Catholic University of Minas Gerais. It is based on the understanding that cultural policies for the preservation of historical memory should not be restricted to the initiatives of the Public Power, but must be carried out by any institutions committed to the exercise of citizenship. PUC Minas seeks to strengthen the dialogue with public agencies of the State dedicated to the preservation of memory, such as the Arquivo Público Mineiro. Partnerships that have enabled a better training of professionals in the treatment of sources and, likewise, sensitized society to the importance of historical heritage.

**KEYWORDS:** Cultural policies; Documentary heritage Material, Documentation centers.

### 1 | INTRODUÇÃO

A presente proposta diz respeito à pesquisa desenvolvida no âmbito do Centro de Memória e de Pesquisa Histórica (mormente reconhecido como centro de documentação) de uma universidade particular. Trata-se do



recolhimento, inventariação e exposição de documentação textual, imagética e audiovisual, além de objetos/instrumentos utilizados ao longo da trajetória da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Parte-se da compreensão de que políticas culturais de preservação da memória histórica não devem se restringir às iniciativas do Poder Público, mas precisam ser abraçadas por qualquer instituição comprometida com a construção do saber e a formação de cidadãos. Sendo que,

As políticas de identidade e patrimônio aparecem muito antes das políticas contemporâneas de produção e difusão cultural, sendo originárias dos esforços de consolidação dos estados modernos por meio da construção da identidade nacional e da preservação do seu patrimônio cultural. ( LIMA; ORTELLADO; SOUZA, 2013, p. 5).

A partir de tal premissa, o Centro de Memória da PUC Minas vem buscando estreitar o diálogo com órgãos públicos do Estado de Minas Gerais dedicados à preservação da memória, como o Arquivo Público Mineiro e o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Essas parcerias têm possibilitado melhor formação/orientação dos profissionais no que concerne ao tratamento das fontes históricas e, do mesmo modo, a sensibilização de docentes e discentes para questões relativas ao patrimônio documental e material da Universidade e da sociedade como um todo.

## 2 | O ACERVO HISTÓRICO

O acervo histórico da PUC Minas é composto por registros textuais, imagéticos e sonoros/audiovisuais que se encontram sob custódia do CMPH. São escriturações administrativas (correspondências, atas de reunião, relatórios, boletins informativos, mapas, etc.), dos órgãos institucionais, de material (oral e fotográfico) advindos de escolas e órgãos administrativos e de pesquisa da Universidade, além de arquivos referentes às inúmeras atividades realizadas nas unidades que compõem os 9 *campi* da PUC Minas. Nessa perspectiva, pretende-se aprimorar e ampliar as ações de recolha, tratamento e divulgação de documentos no sentido de se preservar e conferir maior visibilidade à trajetória da Instituição, tendo-se em vista sua importância para a memória da sociedade mineira.

Em um mundo globalizado - caracterizado pelo intenso uso de novas tecnologias de comunicação - o contínuo e acelerado acesso às notícias, a acirrada competitividade, a efervescência de mudanças políticas e econômicas acabaram por levar a uma sobrecarga informacional, gerando a superficialidade, a pulverização e o rápido esquecimento das informações. Nesse contexto, como forma de combate ao imediatismo, à efemeridade, ao individualismo e à possível desagregação de coletividades, tornou-se premente a necessidade de valorização da memória social como parte indispensável das políticas culturais. Demanda essa associada à recuperação de valores, à preservação das tradições e à primordialidade de definição de marcos de identificação ligados à etnia, ao gênero, à condição socioeconômica,

isto é, a elementos constitutivos das identidades sociais.

### 3 | REFERENCIAIS TEÓRICOS

Para Michel Pollak (1992), a construção das identidades de sujeitos e grupos se faz sempre na convivência, na interação. Quer-se dizer: a memória social somente pode ser construída na alteridade. Significa afirmar que nos formamos homens e mulheres na relação com o outro. Assim, a noção de pertencimento vincula-se à memória individual e coletiva, as quais se retroalimentam, proporcionando-nos o resgate de sentimentos e lembranças e a comunhão de ideais. Como havia explicado Maurice Halbwachs, ainda nos anos de 1920 e 1930, a memória deve ser entendida como fenômeno pessoal e coletivo.

Ao se ter em conta o caráter social da memória, é essencial se destacar a importância de dimensões, sítios, símbolos e rituais que propiciam sua manutenção e reelaboração. A esse respeito, orienta-nos Pierre Nora (1993) que alguns espaços figuram como *lugares de memória*, reveladores de diferentes versões de acontecimentos compartilhados. Ou seja, para além de fatos e de personagens, as recordações e tradições seriam sustentadas e nutridas por lugares referenciais, os quais, cabe ressaltar, não são apenas físicos. Estes *lugares de memória* transformam-se em emblemas, favorecendo a manutenção e a reformulação de parte de nossas lembranças. Por meio deles, tomamos contato com informações, narrativas e vestígios que, invariavelmente, carregam intencionalidades, interesses e visões de mundo.

Arquivos, museus, centros de memória (de instituições públicas e/ou privadas), ruas, praças, monumentos e celebrações configurar-se-iam, dessa maneira, como ambientes de propagação da memória social de uma coletividade. Daquilo que foi eleito como digno de ser lembrado e/ou conhecido, seja por meio da expressão de costumes, de exposições da mais diversa natureza, de publicações documentais ou do desenvolvimento de pesquisas históricas.

Muitas vezes, acredita-se que nesses locais/rituais estaria sendo preservada/contada a própria história da sociedade, remetendo os indivíduos às experiências coletivas, desencadeando identificações e a sensação de reconhecimento entre sujeitos e eventos. É sabido, no entanto, que a memória não é a história. Ambas “são processos de introspecção; uma envolve componentes da outra, e suas fronteiras são tênues. Ainda assim, memória e história são [...] diferenciadas: a memória é inevitável e indubitável *prima-facie*; a história é contingente e empiricamente verificável.” (LOWENTHAL, 1998, p. 66). Memórias são reelaborações, interpretações, narrativas baseadas em pontos de referência. Têm sua gênese no real, porém, dele se distanciam, reconstróem-no. Já a história problematiza as versões. Utilizando-se de metodologias, confronta e questiona representações e relatos, contextualiza-os, historiciza-os, e, sem prescindir da subjetividade do pesquisador, evoca, para si, caráter científico.

Nesse quadro, aflora nas últimas décadas - como um dos caminhos para a construção, preservação e problematização da memória coletiva - a exigência de recuperação das histórias institucionais, seja em âmbito local, regional ou nacional. As instituições assumem o status de espaços significativos relativamente às experiências de formação e de desempenho intelectual e profissional em contexto específico. Daí decorre a importância de seus registros, de suas memórias, em particular quando marcam a história das localidades nas quais se inserem.

Esta pesquisa alinha-se à tal realidade. Tem por objetivo aperfeiçoar e incrementar as ações de recolha, organização e disponibilização de documentação histórica da PUC Minas, dada a relevância desta Universidade para a história de gerações.

No Brasil, as discussões afetas ao tema da história institucional ganharam corpo a partir dos anos 70 do século XX, quando iniciativa privada, academia e Poder Público passaram a inserir em suas agendas debates relativos à necessidade de conservação de documentos escritos e de diferentes registros que possam contribuir para a compreensão do processo histórico dessas entidades e, por extensão, da coletividade a que atendem. Empreendimentos reforçados pela utilização das novas tecnologias, que revolucionaram os modos de arquivamento e de acesso aos acervos históricos. Cumpre realçar que quanto mais duradouro e verticalizado for o desempenho de determinada organização, tanto maior será a indispensabilidade de se resguardar seus arquivos.

Enquanto *lugar de memória*, o CMPH preserva massa documental constituída por registros advindos das unidades e secretarias referentes à fundação e à dinâmica da instituição. Abriga, ademais de acervos bibliográficos e arquivos de origem privada, materiais recolhidos e produzidos por pesquisas institucionais relativas à cidade de Belo Horizonte e ao Estado de Minas Gerais e, de forma mais ampla, documentos pertencentes a arquivos permanentes, fundamentais para a história nacional. Parte considerável desses registros encontra-se organizada e disponibilizada (em *fundos*) para pesquisa, sendo facultada consulta à comunidade externa. Com equipe composta por professores e alunos, técnicos especializados e funcionários administrativos, o CMPH vem desenvolvendo, também, desde o início de seu funcionamento, investigações sobre temáticas diversas, com destaque para a história da Universidade.

O órgão caracteriza-se, igualmente, por buscar contínua profissionalização, com vistas à sua afirmação enquanto centro aglutinador e produtor de conhecimentos; referência em Centro de Memória e de Pesquisa no Estado. Para tanto, tem se dedicado à formação profissional (discente e docente), por meio da efetuação de visitas técnicas, da promoção de palestras - de reconhecidos especialistas ligados à arquivística e à pesquisa histórica - da realização de estágios, debates e seminários internos.

Em vista disso, constata-se a necessidade do desenvolvimento de estratégias de refinamento e apuro de tarefas, somando esforços para contínuo recebimento, organização e divulgação de acervo institucional, ressaltando-se a valia da permanente

reflexão acerca das atividades executadas, assim como para a delimitação e alcance de suas propostas.

Como exposto, o cuidado com a memória, em suas diferentes modalidades, tem sido temática de destaque nas últimas décadas. A preocupação com a conservação de informações, por meio de variados suportes, justifica a reflexão sobre a necessidade de se preservar a memória de eventos, processos e entidades tidos como relevantes para a construção das identidades sociais. “O fato do passado não estar mais presente, toda de incerteza o seu conhecimento. Visto que lhe são atribuídas durações variáveis [...] o passado com frequência parece desconcertantemente tênue.” (LOWENTHAL, 1998, p. 66). O apagamento dos acontecimentos e de seus vestígios aflora, pois, como ameaça à compreensão dos fenômenos cotidianos pelos atores e grupos sociais. Logo, parte-se da premissa de que a memória e a história de uma coletividade, suas narrativas e registros são basilares para a compreensão das permanências, rupturas e antagonismos sociais.

A memória nasce das experiências individuais e coletivas marcadas pela heterogeneidade, pluralismo e fluidez, e corresponde aos significados atribuídos às ocorrências do dia a dia por distintos segmentos da sociedade. Evidenciam-se, assim, como apropriações e reelaborações permanentes, envoltas por intenções políticas e ideológicas. Jacques Le Goff (1984) ressalta que passado e memória não são a história, mas sim objetos dela. A memória seria uma forma “elementar” e indispensável para a construção histórica, isto é, para o processo de classificação, interpretação e legitimação dos fatos. Além de uma conquista, é objeto de poder e de embates. Na visão do autor, as sociedades cuja memória social é destacadamente oral ou aquelas na iminência de formar uma memória coletiva escrita são as que melhor possibilitam a compreensão das disputas pela dominação da recordação e da tradição.

Por conseguinte, os centros de memória, enquanto espaços de salvaguarda dos vestígios do passado e, ao mesmo tempo, de confrontação crítica das leituras que ele permite, revelam toda sua expressividade. Esses *lugares de memória*, nos diferentes sentidos que o termo possa comportar (material, simbólico e funcional), investem-se de aragem simbólica, sendo sustentados e alimentados pelas práticas sociais. Proporcionam o compartilhamento e a recuperação das reminiscências que se cristalizam e se (re)significam por meio das celebrações, dos cultos, das tradições, enfim, dos rituais de cada cultura e sociedade.

Nesse amplo espectro de discussões, a memória institucional/organizacional é entendida como parte fundante do processo de conservação/construção da memória coletiva. Nos anos de 1980, na França, aparecem os *Centros de Arquivos do Mundo do Trabalho* e “na mesma época, no Brasil, a memória institucional vinha sendo tratada de forma mais acentuada em centros de memória, mais comumente nos órgãos públicos, em algumas instituições privadas e com maior prevalência em instituições acadêmicas”. (RUEDA, FREITAS, VALL, 2011, p. 85). Há de se diferenciar, todavia, a memória organizacional da institucional. Aquela, ligada à ideia de eficiência, comporta

transformações e adequações no seu percurso, já a institucional harmoniza-se aos conceitos de validação/autenticidade, construção das identidades e, em última análise, de responsabilidade social.

Logo, as intenções de conservação da memória institucional prendem-se à necessidade de problematização do passado e à construção de visão crítica relativamente ao espaço em que se vive. Seus objetivos estão, invariavelmente, atrelados ao tempo presente e, em simultâneo, remetem ao futuro, na medida em que contribuem para a compreensão do social. Restos, rastros e sombras do passado somente adquirem razão de ser enquanto substâncias para a reflexão de agentes e grupos sobre o mundo em que vivem, evidenciando-se, por decorrência, o caráter “vivo” dos vestígios.

A memória institucional desempenha, portanto, papel empático e consubstancia-se em patrimônio da sociedade. Independentemente de dizerem respeito aos espaços públicos ou privados, as ações que visam sua preservação são políticas culturais que alcançam a sociedade em geral. Ao delinear-se como testemunho do legado cultural possibilita a construção de referenciais coletivos para gerações. Essa ligação estreita entre memória e identidade propicia a sensação de pertencimento aos sujeitos. Desse modo, a construção das identidades é fenômeno que envolve “fronteiras físicas”, “continuidade no tempo” e “sentimento de coerência”, além de passar pelos preceitos de “aceitabilidade”, de “admissibilidade” e de “credibilidade”. Critérios definidos na convivência/negociação entre os indivíduos, tendo-se sempre em mente a existência de disputas sociais. Para Pollak, a memória apresenta, inclusive, caráter hereditário, contribuindo para o desenvolvimento dos sentimentos de continuidade e de coerência - visando a construção das identidades sociais – acaba por ser compromisso e principal finalidade dos centros de memória. Recuperar documentos/instrumentos institucionais para tratá-los e disponibilizá-los não são encargos essencialmente espontâneos. Demandam a delimitação de parâmetros e contínuas revisão e reflexão do processo.

Apesar da importância atribuída à história das instituições - certo culto à memória de entidades privadas e/ou públicas -, pouco se tem discutido sobre as diferenciações substantivas entre “espaços memoriais” (que simplesmente guardam documentos e objetos, muitas vezes, numa sacralização acrítica da memória) e aqueles que buscam eleger de maneira reflexiva as matérias a serem organizadas e os meios de sua divulgação. Assim, os documentos históricos institucionais não podem ser designados e interpretados como meros “registros memorialísticos”. Fazem parte do patrimônio social e cultural, contribuem para a afirmação das identidades coletivas. Devido à sua relevância social, torna-se imperativo que se lance mão de metodologias próprias para a sistematização dessas fontes, respeitando-se a natureza e a tipologia documental.

No que tange particularmente, ao tratamento de objetos, devemos considerar que Cultura Material é expressão polissêmica, que, de forma geral, corresponde à interação do Homem com a concretude ou materialidade circundante de sua vida. Seria toda produção humana, como moradias ou objetos duráveis e não-duráveis de

uso cotidiano. A datar de meados do século XX, discussões sobre o conceito - que tem suas origens na arqueologia, antropologia e paleontologia - ganharam destaque. Desde então, os esforços investigativos têm buscado conjugar três dimensões da vivência humana: espaço, tempo e forma. A principal intenção é a de explicar as mudanças culturais e sociais que se manifestam ao longo do tempo. Nessa linha de pensamento, a cultura material deixa de ser concebida como mero reflexo da cultura e os objetos de serem vistos como peças inertes. Os artefatos carregariam significados, cabendo ao investigador mais do que lhes retirar a poeira do tempo, acima de tudo, interpretá-los. Daí se depreende que a História da Cultura Material traz à tona a vida material das coletividades, aquilo que foi construído e utilizado socialmente.

Assim sendo, a preservação da memória institucional nasce e depende da seleção, classificação e arquivamento de toda a documentação disponível a respeito da trajetória da entidade em questão, destacando-se, aqui, a diversidade dos registros produzidos. Para além de escriturações, diferentes modalidades documentais têm sido constituídas e consideradas. Dentre as quais, fotos, plantas, mapas, pinturas, desenhos, produções audiovisuais, as quais requerem instrumentos e métodos específicos de recolha, acondicionamento e propagação.

## 4 | PROCEDIMENTOS / METODOLOGIA

### 4.1 Ações em andamento

Em conformidade aos objetivos desta pesquisa, o CMPH planejou e vem implementando ações sistematizadas que se dividem em 4 vertentes de trabalho, além da constante disponibilização do acervo:

1. recolhimento, higienização, organização e acesso à documentação textual;
2. recolhimento, higienização, organização e acesso aos registros imagéticos;
3. criação, sistematização e acesso ao acervo audiovisual;
4. recolhimento, tratamento e exposição de acervo material.

É crucial que se conheça a natureza dos materiais componentes dos acervos e sua suscetibilidade aos fatores externos (agentes ambientais e biológicos), como luz, calor, umidade e fungos, para que seja possível diagnosticar elementos nocivos à inteireza documental e, a partir daí, estabelecer os procedimentos de conservação.

Outro aspecto importante a ser considerado diz respeito à proveniência do documento, pois, não é a natureza, o suporte ou mesmo o conteúdo que o definirão em termos de arquivística, mas sim o seu surgimento, a maneira como foi constituído. É a partir da identificação da origem da documentação que serão estruturados e organizados os *fundos*, os quais se referem ao “conjunto de documentos de uma mesma proveniência” e que guardam entre si relações orgânicas. Nesse sentido, os arranjos documentais, isto é, seu processo de classificação deve respeitar a estruturação primária, conferida por sua entidade produtora, seja ela individual ou

coletiva, pública ou privada.

## 4.2 Acervo textual

A recolha da documentação escrita é realizada primordialmente por meio do atendimento às demandas dos órgãos institucionais para a aceitação e guarda de material que comporá o arquivo permanente. A exceção dos livros de registros de atas, normalmente, os textos (relatórios, correspondências, pareceres e boletins informativos) se encontram depositados em envelopes e caixas plásticas e/ou de papelão, e contam com identificação prévia.

O primeiro passo para o tratamento da documentação é o seu mapeamento: contagem do número de caixas ou pastas e triagem, isto é, separação do que será higienizado, com base na especificação original.

O processo de higienização refere-se à limpeza dos documentos: retirada de clips, grampos, fitas plásticas e adesivas ou quaisquer componentes que possam comprometer a integridade física do papel. Em seguida, retira-se a poeira com escovas e trinchas adequadas. Todo manuseio é feito com proteção pessoal: luvas de látex, máscaras, aventais, toucas descartáveis e óculos de proteção (nos casos de sensibilidade alérgica).

Daí decorre a necessidade de aportar material peculiar para o trabalho, além de pessoal qualificado para sua execução. A higienização bem feita acarreta em maior facilidade para a organização dos documentos, haja vista o descarte de tudo que dificulta seu acondicionamento, além, é claro, de proporcionar durabilidade aos registros.

Após a higienização, as escriturações são acondicionadas em *folders* de papel alcalino, por ser o mais adequado para a conservação das fibras de celulose, evitando-se sua degradação por acidez e oxidação. Posteriormente, são acomodadas em pastas, momento em que se processa a identificação mais precisa do material. Os *fundos* são divididos em *subfundos* ou *séries* de acordo com a tipologia documental (correspondências, atas, relatórios, balancetes, etc.), e dos critérios arquivísticos adotados. Em alguns casos, são criadas *subséries*, a exemplo de correspondências expedidas e recebidas. Na sequência, são colocadas/identificadas, nas caixas, as datas limite da documentação, isto é, o primeiro e o último mês/ano a que se refere. Por fim, elabora-se o inventário/catálogo do fundo, o qual é disponibilizado para consulta.

## 4.3 Acervo imagético

De forma análoga aos documentos escritos, fotografias, mapas, desenhos e plantas também são recolhidos a partir das solicitações dos órgãos institucionais. Em seguida, passam pelo processo de higienização, quando são retirados os elementos que podem danificar ou interferir em sua integridade física. As fotografias - que compõem a

maior parte desse tipo de acervo do CMPH- normalmente são recebidas em pastas e a limpeza (com trinchas e escovas especiais) é realizada apenas no verso do documento para que não se comprometa a qualidade da imagem. A maioria das peças não possui qualquer notação, fator que dificulta enormemente sua sistematização. Nestes casos, o CMPH tem buscado o auxílio de professores, ex-funcionários e de funcionários para identificação do material fotográfico.

Cabe destacar que, de forma oposta ao que se passa com os documentos escritos, a discussão e o trabalho com fotografias no Brasil - tanto no campo da história quanto no da arquivística – apesar de notáveis avanços, ainda encontram-se tímidos, enfrentando resistências relativamente à sua utilização, interpretação e processamento técnico.

Esse quadro vem sendo, gradativamente, alterado. Na década de 1990 e no atual século, historiadores e arquivistas somaram esforços no sentido de compreenderem de que forma os registros fotográficos extrapolam a função de meras ilustrações e podem significar a exibição de um instante temporal que contribua para a interpretação e análise de uma totalidade histórica. Em algumas situações, esses registros possibilitam ao consulente retorno visual no tempo, *flashes* do passado. Longe de se defender a ideia da fotografia enquanto transposição literal e fidedigna da realidade. Antes, parte-se do entendimento de que o objeto capturado e eternizado pela imagem é um fragmento, um vestígio e uma construção reveladora de representações e práticas sociais. Destarte, enquanto fonte histórica, as fotografias devem ser problematizadas e analisadas à luz de aportes teórico-metodológicos singulares.

Isso posto, defende-se que a sistematização dessas fontes é de importância vital para a história da instituição. Dada a sua natureza, fragilidade e tipo de suporte requerem cuidados particulares, diferentes daqueles destinados aos textos. É preciso atentar, igualmente, para a organicidade dos documentos, a gênese de sua constituição, ou seja, o princípio da proveniência. Tal aspecto, por vezes, tem sido desprezado em alguns estabelecimentos, em função da abordagem individualizada da fotografia, gerando a descrição documental da imagem de maneira isolada. Assim, além do caráter informacional, a abordagem desses documentos deve levar em conta formas de tratamento físico e temático, entendendo-os, invariavelmente, como fontes primárias.

Uma das intenções da equipe do CMPH da PUC Minas é a de aprimorar-se no manear de imagens. Para tanto, têm buscado conhecer e debater acerca das singularidades do trabalho com esses registros.

#### 4.4 Acervo audiovisual

Outro objetivo da equipe do CMPH é o de incremento do acervo audiovisual/sonoro. Nos anos 50 do século XX, a história oral nasceu com o compromisso de



“dar voz aos excluídos e marginalizados”, finalidade ampliada ao longo do tempo. Atualmente, firma-se no cenário acadêmico como metodologia de pesquisa que possibilita aos investigadores conhecer visões e versões de eventos e processos. Enseja, portanto, rigor científico tanto no que respeita à coleta de dados quanto à sua análise. Especificamente no Brasil, as primeiras experiências com história oral aconteceram em meados dos anos de 1970.

Desde fins do século XX, um sem número de investigações acadêmicas, monografias, dissertações e teses vêm sendo desenvolvidas utilizando-se da metodologia da história oral. Entrevistas e transcrições fazem parte da rotina de diferentes centros universitários, assim como as oficinas e arquivos sonoros e/ou audiovisuais. Vale frisar que o emprego de tecnologias digitais ampliou e transformou a noção de arquivo sonoro, que hoje engloba registros audiovisuais (filmagens).

Ademais de modificações em sua natureza, as novas tecnologias têm proporcionado formas inovadoras, mais eficientes e seguras de preservação dos materiais dessa natureza.

O trabalho com a História Oral define-se, dentre outros fatores, por ser executado através de temas (História Oral Temática), produzindo arquivos exclusivos sobre determinado assunto. Caracteriza-se, ainda, pelas mesmas preocupações de guarda e acesso às fontes escritas, embora acervos sonoros/audiográficos sejam metodologicamente criados de maneira distinta.

Nessa linha, seria necessário, em primeiro lugar, promover a formação dos profissionais no sentido de conhecerem as normas de arquivística exclusivas dessa tipologia documental. Etapas como a elaboração de roteiros, coleta de depoimentos, transcrição, armazenamento e catalogação precisam ser desenvolvidas a partir de diretrizes particulares.

A coleta de depoimentos, atualmente realizada por meio de entrevistas filmadas, depende da elaboração de roteiro prévio, o qual poderá ser modificado durante o processo, mas que não deve ser dispensado, pois “guiará” a conversa entre entrevistador e entrevistado. Apesar de exercícios de ruptura durante a narrativa de um entrevistado, é preciso que o depoimento contenha certa linearidade e busque atender aspectos contemplados pelos objetivos da investigação. Daí a relevância do roteiro de perguntas, em que as questões são formuladas de maneira justaposta, conferindo contiguidade e coerência ao diálogo.

A partir das relações estabelecidas com o entrevistado, poder-se-á criar uma rede comunicacional com pessoas fulcrais para a pesquisa em causa, uma teia de contatos viabilizadora de outros encontros. Após as entrevistas, nova visita será feita ao depoente para que possa ler a transcrição do próprio depoimento e somente depois de sua assinatura no termo de cessão suas declarações comporão o acervo e serão disponibilizadas para consulta.

As entrevistas têm sido realizadas em estúdio da Faculdade de Comunicação e Artes desta instituição, e contam com a participação de um professor e de estagiários.

A atividade agrega, portanto, os alunos, na intenção de contribuir para a formação acadêmica. Busca-se, do mesmo modo, criar espaço próprio para armazenamento e organização do acervo, preferencialmente em suporte digital.

#### 4.5 Acervo material

Neste momento, está sendo realizada a exposição “A poesia dos objetos: a memória da PUC Minas e sua materialidade”, sediada no prédio 7, “Espaço Cultura e Fé” *campus* Coração Eucarístico, em Belo Horizonte. O empreendimento visa divulgar a importância de objetos utilizados ao longo da trajetória institucional em seus diferentes ambientes. Para tanto, processou-se a recolha dos artefatos, tanto nas escolas e nos departamentos do *campus* Coração Eucarístico, quanto no galpão existente na Unidade São Gabriel, espaço destinado ao depósito de utensílios que, de algum modo, tornaram-se obsoletos, como computadores, telefones, câmeras, etc., mas que apresentam grande valor histórico. Alguns destes instrumentos foram restaurados e todos eles estão sendo inventariados.

Na sequência, com a aprovação desta proposta e com a parceria da Secretaria de Cultura e Assuntos Comunitários da PUC Minas (SECAC), a referida exposição tornou-se itinerante. Isto é, foi levada para os demais *campi* da Universidade. Além dessa medida, estabeleceu-se contato com outros *campi* de Belo Horizonte, para a identificação e catalogação dos objetos existentes. Num segundo momento, foi processada a recolha desses instrumentos, com vistas ao restauro dos mesmos, para sua posterior exposição. A iniciativa tem por objetivo dar a conhecer aspectos da cultura material da PUC Minas, reforçando a importância da preservação da memória institucional em suas diversas dimensões.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro, Edit. FGV, 2004.

ALBUQUERQUE. Marli Brito; KLEIN. Lisabel Espellet. Pensando a fotografia como fonte histórica. **Cadernos Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 297-303, jul/set, 1987. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/csp/v3n3/v3n3a08>. Acesso em 18/02/2015.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BARBOSA, Andréia Arruda. Memória Institucional: possibilidade de construção de significados no ambiente organizacional. 9º Encontro Internacional de História da Mídia. - UFOP- Ouro Preto Minas Gerais. **Anais**. Disponível em <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos>. Acesso em 17/02/2015.

BOTELHO, Isaura. **Dimensões da cultura e políticas públicas**. Disponível em [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Vol. 15, nº 2. São Paulo: Perspectiva, 2001.

CAMARGO, Ana Maria; BELLOTO, Heloísa Liberalli. (Coord.). **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1996.

CASSARES, Norma Cianflone. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2000. (Projeto Como Fazer, v. 5).

CHAUÍ, Marilena. Cultura política e política cultural. In: **Estudos Avançados**. São Paulo: IEA-USP. n. 23, p. 71-84. 1995.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Desafios e dilemas da história oral nos anos 90: o caso do Brasil. **Revista de História Oral**, São Paulo, nº 1, p.19-30, jun. 1998. (Conferência pronunciada na abertura da IX International Oral History Conference, realizada na Suécia, em junho de 1996).

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: LE GOFF, Jacques. **Memória-História**. Trad. port. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984. p. 11-50. (Enciclopédia Einaudi, 1).

\_\_\_\_\_, Jacques. Documento/monumento. In: LE GOFF, Jacques. **Memória– História**. Trad. port. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984. p. 94-105. (Enciclopédia Einaudi, 1).

LIMA, Luciana P. Barbosa; ORTELLADO, Pablo; SOUZA, Walmir de. O que são as políticas culturais? Uma revisão crítica das modalidades de atuação do Estado no campo da cultura. In: IV Seminário Internacional Políticas Culturais. **Anais**. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, p. 1-7. 2013.

LOPEZ, André Porto Ancona. Documentos imagéticos de arquivo: uma tentativa de utilização de alguns conceitos de Panofsky. **Sinopses**. São Paulo, n.31, p. 49-55, 1999.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. **Projeto História**, São Paulo, v. 17, p. 63-118, nov. 1998.

Mulcahy, K. **Cultural policy**: definitions and theoretical approaches. *Journal of Arts Management, Law and Society*. v. 35, n. 4, 2006.p?

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

\_\_\_\_\_, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

Rubim, A. A. C.; e Barbalho, A. (orgs.). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: Edufba, 2007.

RUEDA, Valéria Matias da Silva; FREITAS, Aline de; VALLS, Valéria Martin. Memória institucional: uma revisão de literatura. **CRB-8 Digital**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 78-89, abr. 2011. Disponível em: <<http://revista.crb8.org.br/index.php/crb8digital/article/viewFile/62/64>>. Acesso em 11/02/2015.

UNESCO. **Cultural policy: a preliminary study**. Paris: UNESCO, 1969.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-077-3

